



Esclarecimento n.º 1

- 1. De acordo com a alínea b) do Artigo 9.º, o questionário deve conter os dados relativos à certificação de operador do setor aeroportuário, em particular quanto à atividade de assistência em escala, por parte de empresas interessadas ou quando integrantes de grupo de investidores (negritos e sublinhados nossos). Pode, uma sociedade gestora de participações sociais de um grupo reputado e altamente experiente, que não seja titular de uma licença de assistência em escala operacional e que não preste diretamente tais serviços, mas que tenha várias subsidiárias ou filiais que sejam titulares dessa licença, ser considerada como integrante de um grupo de investidores, nos termos e para os efeitos da parte final do Artigo acima mencionado e admitida no concurso?**
- 2. Em caso, afirmativo, a informação solicitada no número 2 do Questionário pode incluir a referência à licença detida por uma das subsidiárias ou filiais nas jurisdições na qual opera?**

1. No que concerne à possibilidade de uma sociedade, não titular de uma licença de assistência em escala e que não preste tais serviços, ser considerada como “*integrante de um grupo de investidores*”, nos termos da alínea b) do artigo 9.º do Caderno de Encargos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 31/2020, de 23 de março (doravante “CE”), por deter subsidiárias ou filiais titulares dessa licença, notamos que, nos termos do artigo 5.º, n.º 5 do citado Decreto-Lei, o Parceiro Estratégico, a selecionar através do presente Procedimento, “inclui a título exclusivo **ou principal** uma sociedade comercial com experiência relevante no setor da aviação, designadamente, no setor de assistência em escala ou handling ou no setor dos transportes” (realce e sublinhado nossos).

Dito isto, importa esclarecer que, para efeitos de apresentação de manifestações de interesse, candidaturas e propostas, são considerados como uma mesma entidade duas ou mais entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, tal como definidas no artigo 95.º do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2012, de 27 de janeiro (Cf. artigo 4.º, n.º 10 do CE). Adicionalmente, ainda que tal não se verifique, considerando o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 16.º, do CE, os requisitos de capacidade técnica, indicados pelos elementos previstos na alínea b) do artigo 9.º do CE, podem ser preenchidos por apenas um dos membros do agrupamento candidato ou por recurso a entidades terceiras, nos termos ali definidos.

Conclui-se, assim, que uma sociedade gestora de participações sociais de um grupo, que não sendo titular de uma licença e que não preste diretamente serviços de assistência em escala, mas que disponha de subsidiárias ou filiais que sejam titulares dessa licença, pode ser considerada uma empresa interessada ou como integrante de um grupo de investidores, nos termos e para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do artigo 9.º do CE.



2. Quanto à questão de saber se a informação solicitada no campo 2 do Questionário pode incluir a referência à licença detida por uma das subsidiárias ou filiais nas jurisdições na qual opera, atendendo a tudo o exposto, a resposta é afirmativa.

Clarification 1

1. ***According to Article 9(b), the questionnaire must contain information on certification as an operator in the airport sector, in particular with regard to ground handling activities, by interested companies or when they are part of a group of investors (bold and underlined). Can a holding company of a reputable and highly experienced group, which does not hold an operational ground handling licence and does not directly provide such services, but which has several subsidiaries or affiliates that hold such a licence, be considered as part of an investor group, under the terms and for the purposes of the final part of the aforementioned Article and admitted to the tender?***
2. ***If so, can the information requested in paragraph 2 of the Questionnaire include reference to the licence held by one of the subsidiaries or affiliates in the jurisdictions in which it operates?***

1. With regard to the possibility of a company, which does not hold a ground handling licence and does not provide such services, being considered as "part of an investor group", under the terms of article 9(b) of the Specifications, published in the annex to Decree-Law no. 31/2020, of 23 March, because it holds subsidiaries or affiliates that hold such a licence, we note that, under the terms of article 5, paragraph 5 of the aforementioned Decree-Law, the Strategic Partner "includes exclusively **or mainly** a commercial company with relevant experience in the aviation sector, namely in the aviation sector. Pursuant to Article 5(5) of the aforementioned Decree-Law, the Strategic Partner to be selected through this Procedure "includes, on an exclusive or principal basis, a commercial company with relevant experience in the aviation sector, namely in the ground handling or transport sector" (emphasis added).

That said, it is important to clarify that, for the purposes of submitting expressions of interest, applications and proposals, two or more entities that are in a controlling or group relationship, as defined in article 95 of the Securities Market Code, approved by Legislative Decree no. 1/2012, of 27 January, are considered to be the same entity (see article 4, no. 10 of the Specifications). Additionally, even if this is not the case, considering the provisions of Article 16(4) and (5) of the Specifications, the technical capacity requirements, indicated by the elements set out in Article 9(b) of the EC, may be fulfilled by only one of the members of the applicant group or by using third parties, under the terms defined therein.

It can therefore be concluded that a holding company of a group, which does not hold a licence and does not directly provide ground handling services, but which has subsidiaries or affiliates



that hold such a licence, can be considered an interested company or as part of a group of investors, under the terms and for the purposes of the final part of Article 9(b) of the Specifications.

- 2.** Regarding the question of whether the information requested in field 2 of the Questionnaire can include reference to the licence held by one of the subsidiaries or affiliates in the jurisdictions in which it operates, given all of the above, the answer is yes.